GÊNERO E UNIVERSIDADE NA CONTEMPORANEIDADE: DESIGUALDADES, DESAFIOS E GARANTIA DE DIREITOS

Neuzeli de Maria de Almeida Pinto[1]

Anna Sarah Alhadef Sampaio Mateus[2]

Carla Karine Pereira Abrantes[3]

Caroline Santos Reis[4]

INTRODUÇÃO

As desigualdades de gênero são reflexos de fatores históricos, sociais e culturais que se reverberam ainda na contemporaneidade do século XXI. Embora o movimento feminista tenha realizado inúmeras conquistas históricas, as desigualdades relacionadas as figuras femininas ainda são persistentes, que vão desde a vida cotidiana, ingresso na Universidade até a sua inserção no mercado de trabalho. Esses fatos evidenciam os obstáculos e discriminações que as mulheres sofrem apenas por serem mulheres, e que "De um lado, elas se encontram sob o julgo da dominação masculina. De outro, o sistema capitalista, impregnado pela ideologia patriarcal de gênero [...]" que comete uma exploração em massa com o sexo feminino" (Costa; Silveira, 2012, p. 1).

As mulheres constituem no atual contexto, o maior número de matrículas nas universidades brasileiras, foi necessário um século para que as desigualdades de gênero fossem superadas, tendo em vista que as mulheres somente tiveram acesso as universidades em 1910. Apesar de maioria, o que se observa é um tipo de segregação. As mulheres se mantêm nos cursos das áreas de humanas e sociais, enquanto os homens se somam a maioria nos cursos das áreas tecnológicas. A que se atribui o problema? Porque temos poucas engenheiras, químicas, físicas e muitas pedagogas, assistentes sociais, enfermeiras? Como a categoria gênero explica essa permanência e segregação de homens e mulheres em cursos considerados "mais adequados" as mulheres e aos homens? O que mudou nas três últimas décadas com a ampliação das universidades em todo o território nacional a partir de 2006?

É a partir deste contexto que esta trabalho de pesquisa se insere, buscando desta forma analisar como se estruturam as relações de gêneros nos cursos de graduação e Pós Graduação na Universidade Estadual do Maranhão. Nesta pesquisa em questão, nos interessa investigar quais as mudanças ocorridas no processo de escolha dos cursos superiores, bem como das ações dos núcleos de pesquisas na construção do debate sobre gênero na Universidade no atual contexto, a análise dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs), no que se refere à educação de gênero, às relações de gênero e contribuições em termos de pesquisas e práticas de ensino para desconstruir as relações de gênero e patriarcais e a contribuição da universidade no campo das políticas públicas dirigidas às mulheres na garantia de direitos na vivência acadêmica.

1 Doutora em Psicologia, Teoria e Pesquisa do Comportamento. Atualmente é Professora Associada I da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, Departamento de Ciências Socais/DCS, Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa de Gênero, Sexualidade e Família NEGESF/UEMA.

2 Discente do Curso de Pedagogia Licenciatura da Universidade Estadual do Maranhão. Bolsista PIBIC/FAPEMA - UEMA.

3 Discente do Curso de Pedagogia Licenciatura Universidade Estadual do Maranhão. Bolsista PIBIC/FAPEMA - UEMA

4 Discente em Pedagogia Licenciatura Universidade Estadual do Maranhão. PIBIC/CNPq - UEMA

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de natureza quantitativa e qualitativa que para Chizzotti (2001, p. 98), consiste no "tratamento e análise de informações colhidas por meio de técnicas de coleta de dados, consubstanciadas em um documento", que são analisadas a luz de reflexões de estudiosos que refletem sobre a referida problemática. Portanto, a técnica se aplica à análise de textos escritos ou de qualquer comunicação reduzida a um texto ou documento.

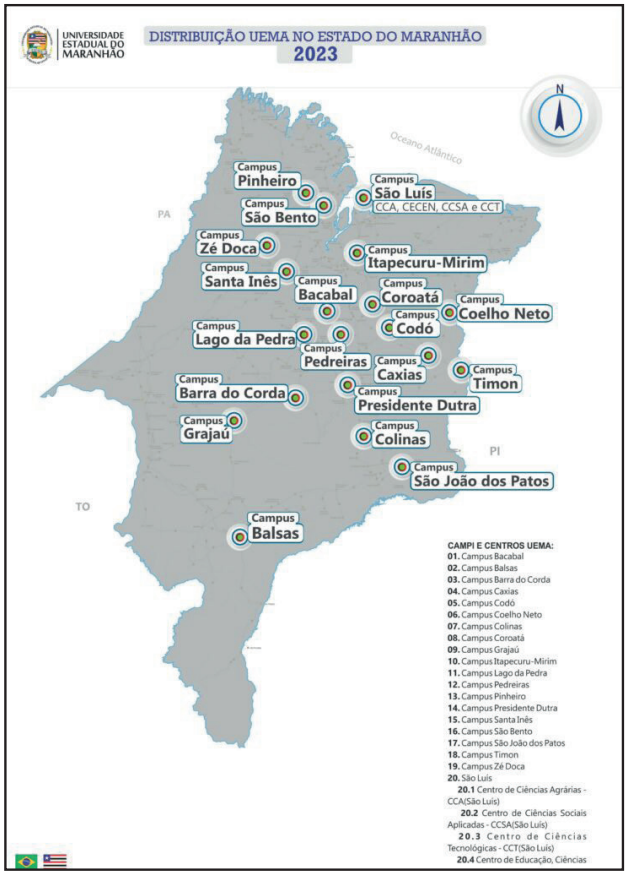
As pesquisas qualitativas permitem assim, rediscutir o atual modelo de sociedade, as bases que lhes dão sustentação, a exemplo do patriarcado, racismo e capitalismo, no esforço de entender como interagem, impulsionam ou impedem a efetivação de mudanças substanciais que alterem as relações vigentes que marcam a sociedade de classes, enraizada na sociedade brasileira, e em particular, na sociedade maranhense.

Local do estudo

A pesquisa foi realizada na Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), nos seus 20 Campus (Balsas, Barra do Corda, Caxias, Codó, Coelho Neto, Colinas, Coroatá, Grajaú, Itapecuru – Mirim, Lago da Pedra, Pedreiras, Pinheiros, Presidente Dutra, Santa Inês, São Bento, São João dos Patos, São Luís, Timon e Zé Doca), (Figura 1). Instituição pública que congrega cursos de graduação e pós-graduação, por conseguinte, professores/as e alunos/as.

A população alvo da referida pesquisa, foi composta por discentes maiores de 18 anos, de qualquer identidade sexual, independentemente da anatomia, regularmente matriculados, que já tenham cursado no mínimo 50% do Curso, os atuais coordenadores/as, professores/as dos cursos da Universidade Estadual do Maranhão (20 Campi do Estado do Maranhão), assim como coordenadores/as dos Núcleos e Grupos de Pesquisa e Extensão desta Instituição. Como mostra a Figura 1:

Figura 1 – Distribuição dos Campus UEMA no Estado do Maranhão



Fonte: https://www.uema.br/uema-em-numeros/campi-e-centros/

Instrumentos da Pesquisa

Os instrumentos metodológicos utilizados deram respaldo à pesquisa quantitativa, os levantamento dados documentais, e a pesquisa qualitativa que foi o diário de campo (DC) e a entrevista semiestruturada (ESE).

Como instrumento metodológico deste projeto o DC foi utilizado com a finalidade de obter e registrar aspectos ecológicos pertinentes às análises, registrando os dados recolhidos susceptíveis de interpretação. Nesse sentido, o diário de campoé uma ferramenta que permite sistematizar as experiências para posteriormente analisar os resultados (Rubio e Devillard, 2001).

Outra técnica utilizada foi a entrevista semi-estruturada (ESE) que ocorreram durante toda a coleta dos dados. As questões norteadoras destas entrevistas tiveram por objetivo aprofundar temas e acessar a um número maior de informações que se julgava relevante para o estudo. As principais questões dizem respeito a: Núcleos e Grupos de Pesquisa e Extensão e suas atuações, as impactos das pesquisas com recorte de gênero na Universidade; a contribuição das universidades no campo das políticas públicas e expectativas em relação ao futuro. Os dados coletados nas entrevistas semiestruturadas se juntaram às informações colhidas por meio de outros instrumentos e permitiram uma visão mais completa das mulheres investigadas.

Procedimentos de coleta de dados

Foi feito um levantamento documental na PROG - Pró-Reitoria de Graduação para o mapeamento dos cursos, a fim levantar a incidência de homens e mulheres nos cursos de graduação nas diferentes áreas e cursos da universidade, levanto em consideração informações interseccionais de gênero, classe, raça, etnia, orientação sexual, geracional, além da realização da pesquisa dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs), na busca de disciplinas que se refere à educação de gênero, às relações de gênero e contribuições em termos de pesquisas e práticas de ensino para desconstruir as relações de gênero e patriarcais e a das ações da universidade no campo das políticas públicas dirigidas às mulheres na garantia de direitos na vivência acadêmica. Através da PPG - Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação foram listados os Núcleos e Grupos de Pesquisa e Extensão que possuem a temática gênero em suas ações e práticas de pesquisa e pedagógica, a fim de conhecer as contribuições para desconstruir as relações de gênero e patriarcais.

A coleta de dados se referiu aos discentes e docentes coordenadores/as de núcleos de pesquisas através de entrevistas semiestruturada junto as atuais coordenações dos núcleos de pesquisas, com auxílio de recurso eletrônico auditivo, como gravador.

O contato inicial foi informal e, ocorreu com o intuito de oferecer informações sobre os objetivos da pesquisa, da participação voluntária e do anonimato. Foi apresentado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, que foi lido e assinado pelo público-alvo já assinalado. As entrevistas foram gravadas somente após autorização dos sujeitos componentes da amostra.

Análise dos dados

Para a análise de dados foi utilizada a técnica de uso de categorias analíticas, uma vez que "trabalhar com elas significa grupar elementos, ideias ou expressões em torno de um conceito capaz de abranger tudo isso. Esse tipo de procedimento (...) pode ser utilizado em qualquer tipo de análise em pesquisa qualitativa". (Gomes, 2001 p.70).

No percurso, a categoria gênero foi tratada a partir da perspectiva feminista. Ou seja, como elemento constitutivo das relações sociais entre homens e mulheres,como construção social e histórica que define a masculinidade, feminilidade e os padrões de comportamento, aceitáveis ou não, tanto para homens quanto para mulheres (Scott, 1995). Enquanto categoria que vai influir na determinação de tudo que é social, cultural e historicamente definido, foi

analisado em sua intersecção com as categorias raça e classe. Como categoria mutável, em processo de ressignificação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

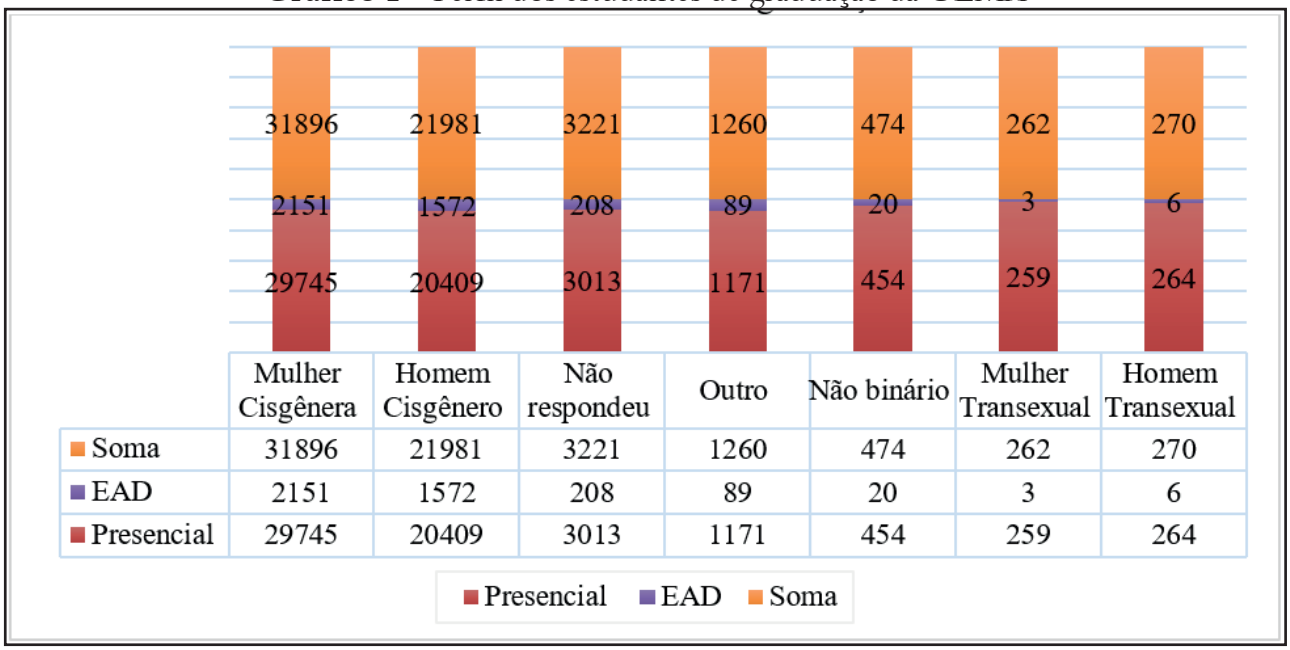
A inserção das mulheres na universidade e no mercado de trabalho ainda é um grande desafio social. Mesmo que o poder do patriarcado esteja reduzido, ainda é perceptível que há uma hierarquia social entre os homens e as mulheres, dessa forma, a desigualdade entre os gêneros ganha cada vez mais força, que é reforçada pelo sistema econômico capitalista que alimenta os ideais do patriarcado que "[...] reforça o sistema de opressão que subjuga as mulheres" (Costa; Silveira, 2012, p.1).

Segundo Alves e Pitanguy (2003), o trabalho da mulher foi marcado por remunerações baixas e desvalorização em detrimento do trabalho masculino. Mesmo diante disso, os postos de trabalho exigiam dos trabalhadores em geral qualificações, e essa é uma das causas, além do fator das lutas políticas, das mulheres conseguirem adentrar a universidade, o que representou um avanço significativo para elas. No Brasil, como explana Feclesc (2010), o ingresso feminino no ensino superior começou no final do século XIX.

Na Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, objeto desta pesquisa, no ano de 2024, as mulheres representam a maioria nos cursos de graduação. Conforme dados da Pró-Reitoria de Graduação, a UEMA conta com 60% de discentes matriculadas na graduação, 46,31% na pós-graduação, 48,96% docentes, 66,55% de funcionárias em cargos de comissão e 66,67% em cargos de Pró-reitoras e superintendências (UEMA, 2024a). No que concerne à pós-graduação, no respectivo ano, a instituição conta com 18 mestrados, 7 doutorados e 16 especializações (UEMA, 2024b, 2024c).

Desde então, a inserção das mulheres no ensino superior só vem se expandindo no contexto brasileiro atual. No caso do estado do Maranhão, o levantamento realizado na UEMA demonstra um aumento expressivo das mulheres nesse nível educacional. O gráfico, a seguir, trata e detalha essas informações.

Gráfico 1 – Perfil dos estudantes de graduação da UEMA



	Mulher Cisgênera	Homem Cisgênero	Não respondeu	Outro	Não binário	Mulher Transexual	Homem Transexual
Soma	31896	21981	3221	1260	474	262	270
EAD	2151	1572	208	89	20	3	6
Presencial	29745	20409	3013	1171	454	259	264

Fonte: Elaborado a partir de UEMA (2024b).

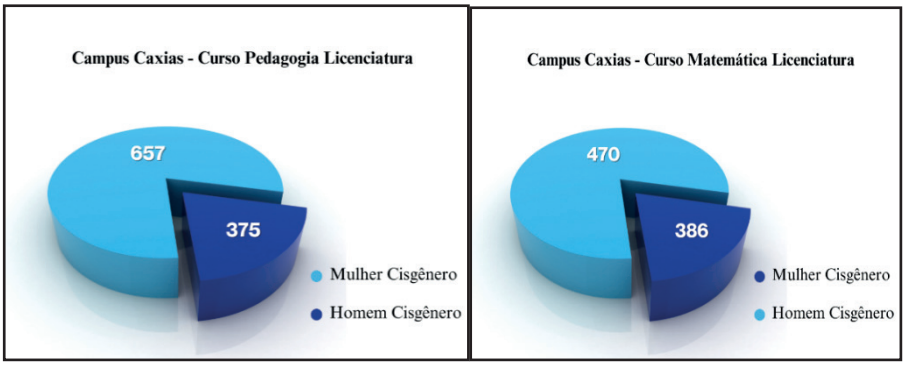
A Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) apresenta um perfil diversificado de estudantes de graduação, com predominância de mulheres cisgêneras, que totalizam 31.896 alunas, sendo 29.745 no ensino presencial e 2.151 no EAD. Os homens cisgêneros somam 21.981 estudantes, dos quais 20.409 estão no presencial e 1.572 no EAD. Há também 3.221 estudantes que não responderam sobre a identidade de gênero, sendo 3.013 no presencial e 208 no EAD. O grupo identificado como "outro" reúne 1.260 estudantes, com 1.171 no presencial e 89 no EAD. Estudantes que se autodeclaram não binários somam 474, dos quais 454 estão no ensino presencial e 20 no EAD. Além disso, a UEMA conta com 262 mulheres transexuais (259 presenciais e 3 no EAD) e 270 homens transexuais (264 presenciais e 6 no EAD). Esses dados evidenciam a diversidade de gênero existente na universidade e reforçam a necessidade de ambientes acadêmicos cada vez mais inclusivos e acolhedores. (UEMA, 2024b).

No entanto, a Universidade ainda possui uma estrutura patriarcal, quando se observa que as mulheres ainda ocupam os lugares de menos prestígio e nos cursos de historicamente frequentados por homens. Destaca-se que por um longo período as mulheres passaram por um contexto de grande exclusão social e eram limitadas somente aos serviços do lar. Porém com os avanços conquistados pelo movimento feminista, passaram a adentrar espaços, antes, jamais imaginados, como por exemplo a Universidade.

Considerando esse cenário, é evidente que há uma divisão sexual do trabalho, como também nas esferas de prestígio, o que reflete fortemente na sociedade e como ela se estrutura (Hirata; Kergoat, 2007, p. 603). Cabe destacar que esta divisão sexual é decorrente da estrutura do patriarcado e da reverberação da disparidade de gênero no mercado de trabalho, pois a figura da mulher ainda continua ocupando cargos e posição inferiores quando comparadas aos homens "[...] espaços subalternizados e com certo desprestígio social, no trabalho informal e em atividades doméstica" (Silva e Colares, 2024, p. 83). Portanto, no contexto da Universidade ainda é possível observar que há uma predominância de homens em determinadas áreas específicas e as mulheres sendo uma minoria. Isso é resultado de uma série de fatores que influenciam as mulheres no momento em que vão decidir qual profissão devem seguir. A constante repetição de determinados comportamentos voltados para as funções dos sexos, reforça ainda mais essa divisão que foi estabelecida entre o homem e a mulher.

Para exemplificar a predominância masculina em algumas áreas do conhecimento, foram selecionados dois cursos de áreas distintas (Exatas e Humanas) do Campus de Caxias, sendo eles: Matemática Licenciatura e Pedagogia Licenciatura, a fim de compreender como o quantitativo pode refletir as marcas de uma sociedade patriarcal e que determinou ao longo dos anos como os sexos deveriam se portar. Sendo assim, ficou evidente que o patriarcado influencia não somente a sociedade, mas como também adentra o universo da academia, influenciando assim na escolha da profissão:

Gráfico 2 – Presença masculina e feminina nos cursos de Pedagogia Licenciatura e Matemática Licenciatura



Fonte: Elaborado pelas autoras, (UEMAa), 2025.

Visto isso, a escolha da profissão sofre com diversas influências externas, sejam elas culturais, sociais, econômicas, gênero, sexo e raça. Ainda convém lembrar que na infância os indivíduos são condicionados a realizarem atividades que condizem com o seu sexo de acordo com a cultura local. Dessa maneira, a repetição de certos comportamentos "[...] em função do sexo, em casa, na escola, na mídia e no trabalho, atua como um importante transmissor da informação sobre o papel relacionado ao significado de ser homem ou mulher em diferentes culturas" e esses aspectos geram estereótipos que influenciam fortemente nas questões sociais e cognitivas que se relacionam a construção dos interesses acerca da escolha da profissão (Leal *et al*, 2020, p. 249).

As implicações dessa divisão, impregnada da lógica patriarcal e capitalista, recaem nos espaços educacionais, provocando estereótipos de gênero e a desvalorização das mulheres na educação, especialmente no ensino superior. Em virtude disso, o traço da estrutura patriarcal ainda é bem atenuante na sociedade, uma vez que ele demarca e internaliza nas mulheres, por meio do processo de sociabilização cultural, determinadas profissões relacionadas ao cuidado (Gomes, 2023; Hirata; Kergoat, 2007). Por consequência as mulheres na grande maioria escolhem por cursos de graduação que estão relacionados as definições de gênero internalizadas.

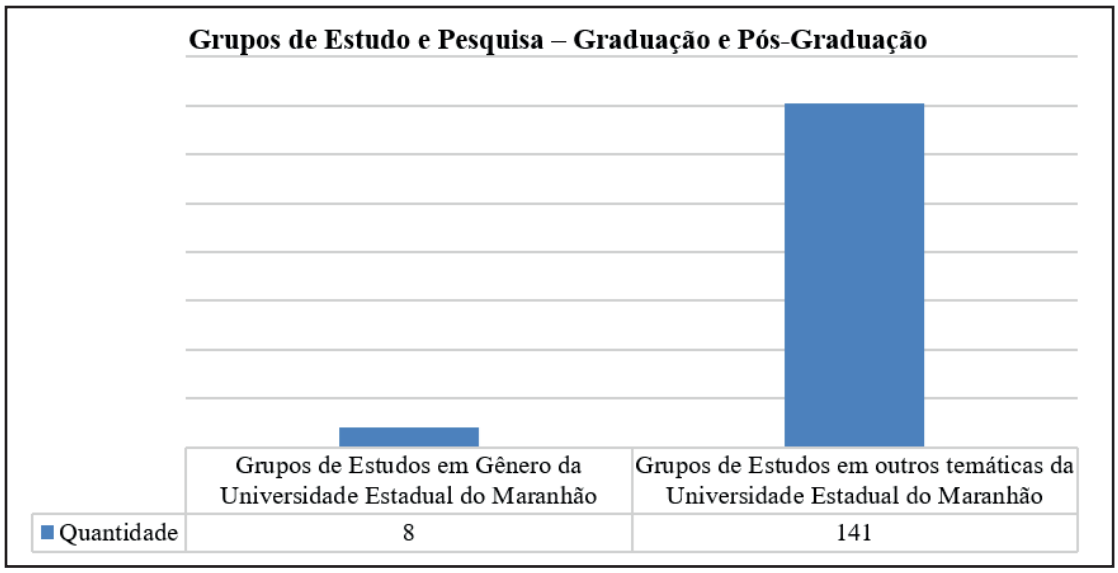
Em suma, esses resultados representam um avanço para as mulheres, visto que anteriormente elas eram excluídas das atividades acadêmicas. Durante um longo período a universidade foi um campo designado exclusivamente para homens, assim como "em nome da ciência moderna, disciplinas foram utilizadas para justificar a exclusão das mulheres desses espaços de poder, construção de saberes e inovações tecnológicas" (Almeida; Zanello, 2021, p.17; Lima; Rodrigues, 2022). Dessa maneira, a ausência feminina na universidade era justificada pela incapacidade da mulher de ser racional, diferentemente dos homens trabalhavam pela razão e objetividade.

Embora a universidade seja um local de provocações e debates relacionados às desigualdades sociais, racismo e preconceitos, são as que continuam a consolidar instituições normalizadoras e disciplinadoras que durante as suas diversas transformações históricas cederam ao sistema capitalista e ao patriarcado (Martins; Lima; Rodrigues, 2022, p. 350).

Importante ressaltar que as discussões e debates de questões que envolvem as temáticas das relações de gênero, contribuem para a prática e desenvolvimento do conhecimento sobre as diferenças e preconceitos em relação ao sexo (sexismo) nos contextos educacionais. Destaca-se que as universidades devem possibilitar o desenvolvimento do pensamento crítico a partir da compreensão sobre as diferenças de gênero, corporais e sexuais que culturalmente se criam na sociedade, além de ser um importante instrumento na construção de valores e atitudes, que permitam um olhar mais crítico e reflexivo sobre as relações de gênero, identidades de gênero e sexual. Desta forma, acredita-se que a criação de grupos de estudos e pesquisa relacionado a gênero abre um campo de discussão e construção de conhecimento que poderá possibilitar a mudança desta realidade desigual e constituída de preconceitos da nossa sociedade patriarcal.

Conforme apresentado no gráfico 3, a UEMA dispõe de 149 grupos de cunho científico, divididos entre estudos e pesquisas. As temáticas dos grupos são diversificadas, compreendidas em áreas de conhecimento, como: ciências agrárias, ciências biológicas, ciências humanas, ciências sociais aplicadas, ciências da saúde, ciências exatas e da terra e ciências tecnológicas. Todos os grupos são vinculados aos cursos ofertados pela instituição de ensino superior, fornecendo uma gama de saberes. Entretanto, os dados da pesquisa sinalizam que há poucos grupos de estudo voltados para gênero e sexualidade na UEMA — no contexto de graduação e pós-graduação. No total, foram identificados 8 grupos sobre essas temáticas e 141 envolvendo outros assuntos (UEMA, 2024c):

Gráfico 3 – Grupos de estudos e pesquisa da UEMA – graduação e pós-graduação



Fonte: UEMA (2024c).

Vários estudos apontam a existência de uma cultura patriarcal no Brasil (Saffioti, 2004) e como ela estrutura as instituições. As universidades não ficam de fora e são permeadas por esse modo de estruturar as relações sociais. Estudos recentes revelam como essas questões, inclusive, impactam diretamente a produção acadêmica de docentes e discentes (Oliveira *et al*, 2021). Nesse sentido, é necessário que haja e se mantenham grupos de pesquisa e extensão, com o intuito de promover maiores estudos, debates e intervenções que tragam consigo problematizações, reflexões e discussões pertinentes a questões de gênero e sexualidade.

Foram realizadas análise dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs), visando a investigação acerca das disciplinas que corroborem no aprendizado e debates às questões de gênero, sexualidade e diversidade nos cursos da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). No total de 80 cursos de graduação nos 20 Campi da UEMA apenas 8 cursos tem disciplinas relacionadas a gênero e sexualidade, sendo que a sua maioria (7) são optativas e restritas a curso da área de humanas, conforme mostra tabela abaixo:

Tabela 1 - Disciplinas relacionadas a Gênero e Sexualidade ofertadas nos cursos da UEMA

Campus	Curso	Disciplina
Bacabal	Pedagogia (Licenciatura)	Educação e Gênero (Optativa)
Caxias	Ciências Sociais (Licenciatura)	Gênero e Sexualidade (Optativa)
Coelho Neto	Enfermagem (Bacharelado)	Gênero e Sexualidade (Optativa)
São Luís (CCSA)	Ciências Sociais (Licenciatura)	Gênero e Sexualidade (Optativa)
São Luís (CCSA)	Ciências Sociais (Bacharelado)	Gênero e Sexualidade (Obrigatória)
São Luís (CECEN)	História (Licenciatura)	Tópicos Especiais: Estudos de Gênero (Optativa)
São Bento	Direito (Bacharelado)	Direito e Gênero (Optativa)
Pinheiro	Administração (Bacharelado)	Gênero e Sexualidade (Optativa)

Fonte: Pró- Reitoria de Graduação (PROG)/ UEMA 2025

Podemos perceber que mesmo tendo disciplinas relacionadas as questões de gênero não são de núcleo comum, mas sim estão dispostas como opcionais isso reflete e muito nas desigualdades que permeiam o campo acadêmico pois é necessário ser de interesse do discente

cursar a mesma ou não terá acesso a tais conhecimentos. E para que haja esse interesse é necessário ter uma base para que saiba da importância de estudar sobre gênero e enriquecer esses debates no dia a dia acadêmico. Quando não acontece esse acesso, não tem como haver debates e muito menos surgir interesse em criação de políticas públicas na área, para que haja maior inserção das mulheres dentro da Universidade (Peduzzi, 2020).

Portanto, para que aconteçam debates e mais pesquisas relacionadas ao tema, assim como Saffioti (1992) elenca que as relações de gênero precisam ser construídas por meio de suas interrelações de forma dialética para que possam resultar em uma prática política. Pois, para que aconteçam a elaboração de Políticas Públicas é necessário que se parta de algum princípio de elaboração e a Universidade torna-se um dos meios que corrobora na disseminação desse conhecimento, além de abrir portas para que assuntos como violência, disparidade e diversidade estejam presentes no dia a dia dos alunos e sejam levados para a vida profissional dos mesmos, trazendo melhorias no mercado de trabalho e criando canais que as mulheres podem contar como auxílio e segurança para que possam exercer seus direitos de forma mais livre equitativa.

Notadamente percebe-se como o meio acadêmico é um espaço em que as relações de gênero são desiguais e reforçam os estereótipos presentes na sociedade. Assim, é essencial que a universidade efetive políticas públicas no que tange às pautas de gênero, a fim de minimizar as desigualdades. Assim, foram analisadas as políticas públicas desenvolvidas pela UEMA, com destaque para o modo como a universidade vem se posicionando no combate e na prevenção e combate à violência de gênero e as desigualdades de gênero no espaço universitários.

Nesse sentido, é imprescindível mencionar o Comitê de Prevenção e Combate à Violência de Gênero na UEMA, formado por docentes, servidoras, discentes e técnicas administrativas da UEMA, tem como finalidade suprir a necessidade de definir regras e procedimentos para prevenir discriminação baseada em gênero e acolher e encaminhar queixas em casos de violências de gênero. O comitê foi criado no intuito de construir, efetuar e viabilizando coletivamente uma rede de suporte e prevenção para as vítimas de violência de gênero, além de promover a igualdade nas relações de gênero, articulação estratégica, implementação e avaliação de ações que promovam a prevenção e o enfrentamento à violência de gênero no âmbito da UEMA, garantindo o acolhimento e a assistência às vítimas. (RESOLUÇÃO Nº 1114/2022-CONSUN/UEMA - Política de Prevenção e Combate à Violência de Gênero na UEMA)

Segundo Relatório Anual 2023/2024 do Comitê as ações que norteiam todo o processo de atuação correspondem ao protocolo e regras básicas de atendimento, acolhimento e proteção, no enfrentamento às violências de gênero, bem como o adequado encaminhamento dos casos vivenciados na prática e com a realização de denúncia de violência em processo administrativo. E ainda, a prevenção, com formação, palestras e campanhas dentro da Universidade. O desenvolvimento de discussões e debates de questões que envolvem as temáticas das relações de gênero, sexo e sexualidade contribuem para a prática e desenvolvimento do conhecimento sobre as diferenças e preconceitos em relação ao sexo (sexismo) nos contextos educacionais. Como exemplo, podemos citar a realização de cursos de capacitações sobre "Violência de gênero e educação" e de "Igualdade de gênero": "Gênero e Saúde Mental".

Criado desde janeiro/2023 o Comitê tem acompanhado denúncias de violências, com encaminhamento das vítimas para o atendimento psicológico e/ou médico para a rede de atendimento, Posto Médico da UEMA e/ou médico hospitalar que forma a rede de apoio e atendimento. Todas as ações de acolhimento são orientadas pelas diretrizes da Política de Prevenção e Combate à Violência de Gênero no Âmbito da Universidade Estadual do Maranhão. As ações do Comitê estão de acordo com a análise de Fiori (2020) que discute a instalação de um sistema eficaz de prevenção e combate à violência de gênero na universidade, com a necessidade de adoção de medidas como: educação conscientizadora sobre violência contra mulheres, para que estudantes revejam suas concepções machistas (autoconsciência); prevenção de relações pessoais não saudáveis (alerta de gatilhos em relações abusivas, instruções de como identificar os sinais); interação e empoderamento entre mulheres através do debate acerca do tema; apoio psicológico especializado às vítimas de violência de gênero; momentos

de acolhimento e solidariedade entre mulheres; acesso e incentivo às denúncias de violência dentro da universidade; campanhas de conscientização para toda a comunidade acadêmica.

No que diz respeito à revisão e adaptação dos processos administrativos e burocráticos da UEMA, o comitê propôs a Resolução do Nome Social aprovada pelo CONSUN/UEMA. A Resolução propõe Norma que visa assegura aos servidores técnico-administrativos, docentes e estudantes do uso a inclusão do nome social nos registros oficiais e acadêmicos no âmbito da Universidade Estadual do Maranhão, garantido assim, através do uso do nome social, o respeito à identidade de gênero das pessoas transexuais e travestis. (Relatório Anual 2023/2024 – Comitê de Prevenção e Combate à Violência de Gênero na UEMA)

Todavia, no bojo desta investigação, é importante considerar que esse caminho também apresentou possibilidades, como: a verificação de grupos de estudo, pesquisa e extensão, bem como a criação do Comitê de Prevenção e Combate à Violência de Gênero na UEMA. São mecanismos importantes para a desconstrução de relações de gênero desiguais, manifestadas em opressões, comportamentos impostos e violências. Entretanto, destaca-se a necessidade de continuidade e amplitude desses grupos, além da elaboração de outros mecanismos de luta e resistência.

Não somente isso, deve-se fomentar, por meio de políticas públicas, mais pesquisas, estudos e extensão, que precisam estar ancoradas e direcionadas na luta pela equidade de gênero no âmbito da ciência, com o propósito de produzir/legitimar novos discursos acerca dos papeis exercidos pelos sujeitos na sociedade. Também é imperativo que haja maior visibilidade para esses estudos, já que contribuem significativa para a construção do conhecimento científico em várias áreas da pesquisa nacional e local (Ibarra, Ramos e Oliveira, 2021). Tais processos, promovem um movimento necessário no espaço universitário com a inserção dessa temática. Não só isso, eles podem contribuir na redução da violência de gênero e na alteração de valores e crenças opressoras.

Contudo, a existência da cultura patriarcal e da ideologia machista dificulta o combate às violências e desigualdades de gênero, tendo em vista que as estruturas sociais são pautadas nesse modelo que se baseia na exploração de mulheres, impactando a vivência feminina no espaço acadêmico. Daí a importância de consolidação planos de ação, a exemplo do Comitê, a fim de promover discussões e intervenções que proporcionem problematizações, reflexões e debates relevantes para a temática de gênero (Fiori, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou refletir sobre as opressões de gênero, a institucionalização do patriarcado, com evidência dessa reflexão, se coloca nos estereótipos de gênero, que julgam as mulheres menos capazes do que os homens para funções consideradas dominantes, ao passo que diante dessa lógica cabe à atuação feminina restrita ao âmbito doméstico. Assim, a ideologia machista do sistema patriarcal se reflete nas relações universitárias, a exemplo da presença minoritária das discentes nos campos da ciência exatas, da tecnologia e da política, áreas consideradas tradicionalmente masculinas.

No tocante aos estudos de Gênero, a Universidade mostrou-se um espaço aberto para o desenvolvimento das pesquisas em gênero, com produções que questionam as normas e estereótipos, como também é um local que necessita de transformações nas práticas institucionais, nas políticas de inclusão e no desenvolvimento de uma formação acadêmica plural e diversa.

Sendo assim, a Universidade precisa ser um centro de conhecimento, não deve se limitar somente a ser um reflexo da nossa sociedade que é excludente e discriminatória, deve ser um agente de mudança. Dessa forma, é essencial que continuem investindo na promoção da igualdade de oportunidades e assegurando que as questões de gênero e as lutas das mulheres sejam tratadas como um compromisso necessário para o desenvolvimento de uma ciência mais justa e representativa.

Apesar dos avanços das mulheres dentro do espaço acadêmico, é preciso destacar que essas possibilidades não eliminam as desigualdades de gênero enfrentadas por elas, na medida em que há desqualificação profissional, preconceitos, discriminação e falta de reconhecimento das investigações sobre gênero e sexualidade. Não obstante, é fundamental destacar o protocolo de enfrentamento à violência de gênero adotado pela UEMA através da criação do Comitê de Prevenção e Combate à Violência de Gênero na UEMA, com um papel fundamental na construção de um ambiente mais equitativo. Por meio dele, pode ocorrer uma formação mais consciente das disparidades que permeiam a instituição e a realidade vigente.

Contudo, enfatiza-se a necessidade de mais políticas públicas a fim de minimizar as desigualdades e violências de gênero na universidade, é necessário haver mais políticas de acesso e permanência na universidade, bem como mais políticas que fomentem a criação de grupos de pesquisa, estudos e extensão voltados para temática de gênero e sexualidade, tendo em vista os desafios apresentados e as contribuições que essas ações podem trazer para a sociedade, contribuindo a construção de uma realidade pautada na equidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Heloisa Buarque de; ZANELLO, Valeska. (Orgs.). **Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas.** (Ebook). Brasília: OAB Editora, 2022.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

COSTA, R.G. SILVEIRA, C. M. H.. **PATRIARCADO E CAPITALISMO: BINÔMIO DOMINAÇÃO-EXPLORAÇÃO NAS RELAÇÕES DE GÊNERO.** In: IV Seminário Nacional Trabalho e Gênero, 2012, Goiás. Anais do IV Seminário Nacional Trabalho e Gênero, 2012. v. 4.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FECLESC, Nathalia Bezerra. **Mulher e universidade: a longa e difícil luta contra a invisibilidade**. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE OS SETE SABERES, 2010, Salvador. Anais eletrônicos […]. Salvador: Unesco; UECE; MPBA, 2010. Disponível em: https://dspace.sistemas.mpba.mp.br/handle/123456789/806. Acesso em: 10 jan. 2024

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

FIORI, Ana Letícia de. Para enfrentar a violência sexual nas universidades, o tripé: acolhimento, normas específicas e educação: Entrevista com Heloísa Buarque de Almeida. **Ponto Urbe [On-line],** v.26, 2020.

GOMES, Romeu. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 19. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2001.

GOMES, Lívia Daiane. **Desigualdade de gênero e o lugar da mulher na educação profissional e tecnológica** [livro eletrônico] / Livia Daiane Gomes – Natal: IFRN, 2023. 173 p.

IBARRA, Ana Carolina Rodríguez; RAMOS, Natália Baptista; DE OLIVEIRA, Manoela Ziebell. Desafios das Mulheres na Carreira Científica no Brasil: Uma Revisão Sistemática? **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, São Paulo, v. 22, n. 1, 17-28, 2021. DOI: https://doi.org/10.26707/1984-7270/2021v22n102 » https://doi.org/10.26707/1984-7270/2021v22n102

LEAL, Mara De Souza; SILVA, Lucy Leal Melo. Avaliação dos interesses profissionais de moças e rapazes: as diferenças persistem? **Psicologia Argumento**. PUCPR. IMPRESSO, v. 38, p. 247-263, 2020.

MARTINS, Ana Claudia Lopes; BARROSO, Milena Fernandes; LIMA, Raissa Ribeiro; RODRIGUES, Taysa Cavalcante. **O (não) lugar das mulheres na universidade**. Serviço Social em Revista, v. 25, n. 2, p. 340–360, 2022. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/46247. Acesso em: 10 jan. 2025.

OLIVEIRA, Letícia; REICHERT, Fernanda; ZANDONÀ, Eugenia; SOLETTI, Rosana; STANISCUASKI, Fernanda. The 100,000 most influential scientists rank: the underrepresentation of Brazilian women in academia. Anais da Academia Brasileira de Ciências, 2021, 93 (Suppl. 3).

RUBIO, J. M. I.; DEVILLARD, M. J. **Prácticas de Antropología Social**. Material didáctico. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2001.

SAFIOTTI, Heleieth I.B., Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, A. de O., BRUSCHINI, C. (orgs.) Uma questão de gênero. Rio de Janeiro, Editora Rosa dos Tempos, pp. 183-215. 1992.

SAFFIOTI, Heleieth I.B., **Gênero, patriarcado e violência.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. (Coleção Brasil Urgente).

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, 1995. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721.

SILVA, E. de M. S. da e COLARES, P. S. Desigualdade de gênero no Brasil: dos processos históricos às expressões contemporâneas. *Revista Ciência & Contemporaneidade*, 2(1), 75-93. (2024).

PEDUZZI, P. Mapa do Ensino Superior aponta maioria feminina e branca. Agência Brasil,on-line, 21 maio 2020. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2020-05/mapa-do-ensino-superior-aponta-para-maioria-feminina-e-branca. Acesso em: 16 maio 2026.

UEMA abre inscrições para o Programa Primeiros Passos na Ciência. Agência de Notícias – **Estado do Maranhão**, São Luís, 7 ago. 2024a. Disponível em: https://www.ma.gov.br/noticias/uema-abre-inscricoes-para-o-programa-primeiros-passos-naciencia. Acesso em: 5 jun. 2024.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO. Pró-Reitoria de Graduação. **Perfil socioeconômico dos discentes da UEMA**. São Luís: UEMA, 2024b. Disponível em: https://www.prog.uema.br/perfil-socioeconomico-dos-discentes-da-uema/. Acesso em: 5 jun. 2024.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. **UEMA pesquisa**. São Luís: UEMA, 2024c. Disponível em: https://www.ppg.uema.br/uema-pesquisa/. Acesso em: 5 jun. 2024.

UEMA, **Relatório Anual 2023/2024 – Comitê de Prevenção e Combate à Violência de Gênero na UEMA**. São Luís – Maranhão. 2024.

UEMA, RESOLUÇÃO Nº 1114/2022-CONSUN/UEMA - **Política de Prevenção e Combate à Violência de Gênero na UEMA**. São Luís – Maranhão. 2022.